

DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v24i1.8647081>

Carmem Silvia da Fonseca Kummer
Liblik

carmemsfk@gmail.com

Bacharel (2004), mestre (2007) e doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O pioneirismo feminino na História: análise dos depoimentos de Alice Canabrava e Olga Pantaleão

The female pioneerism in History: analysis of Alice Canabrava's and Olga Pantaleão's testimonials

Resumo

Alice Canabrava e Olga Pantaleão foram as primeiras mulheres que se formaram em Geografia e História, em 1938, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) e que deixaram depoimentos escritos acerca de suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Por meio das ferramentas da análise do discurso e da memória, procuramos analisar esses testemunhos tendo como eixo norteador dois acontecimentos: a entrada de mulheres em cursos superiores e as dificuldades iniciais que tiveram para consolidar suas carreiras em âmbito universitário.

Palavras-chave: Alice Canabrava; Olga Pantaleão; carreiras.

Abstract

Alice Canabrava and Olga Pantaleão were the first women who graduated in Geography and History, in 1938, at Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras of Universidade de São Paulo (FFCL/USP), and who left written testimonies about their academic and professional trajectories. Through memory and discourse analysis tools, we analyzed these testimonies having as a guide two events: women's entry into higher education and the initial difficulties they had to consolidate their careers at the university.

Keywords: Alice Canabrava; Olga Pantaleão; careers.

I n t r o d u ç ã o

As trajetórias acadêmicas e profissionais das historiadoras e professoras universitárias Olga Pantaleão e Alice Piffer Canabrava constituem objeto de investigação desse artigo, cujos elementos serão problematizados pela análise do discurso e memória. Para tanto, escolhemos seus respectivos depoimentos escritos no início da década de 1980, os quais revelam as experiências que tiveram na universidade a partir de 1935, ano em

que ingressaram no ensino superior. Um dos principais motivos que remetem à escolha destas profissionais incide no fato de terem sido as primeiras mulheres que concluíram o curso de Geografia e História no país, em 1938, na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP). Mais do que isso, elas acompanharam a criação e institucionalização do curso de Geografia e História e, mais tarde, foram as principais representantes do



Imagem 1 – Alice Canabrava em reunião da SBPC, em São Paulo (1984).

Fonte: Blay e Lang (2004, p. 84).



Imagem 2 – Retrato de Olga Pantaleão (sem data).

Fonte: Blay e Lang (2004, p. 106).

sexo feminino, chamadas então de “as pioneiras”, no desenvolvimento de pesquisas voltadas à História. Iremos analisar, portanto, seus depoimentos, nos quais constam descrições sobre a infância; o ingresso na universidade e o contato com as primeiras matérias e professores; a decisão de fazer doutorado; os concursos prestados para o cargo de Professor Titular e, por fim, as trajetórias como pesquisadoras. Por meio das ferramentas analíticas que a memória e o discurso nos oferecem, podemos perceber as maneiras como Alice e Olga expressam as dificuldades de serem reconhecidas num espaço profissional que, em seu início, era predominantemente masculino.

Os conceitos norteadores que orientam esta análise partem, em primeiro lugar, da noção formulada por Maurice Halbwachs, qual seja, os “quadros sociais da memória”. Nota-se que a memória das historiadoras está articulada com seus grupos de relacionamento, com a sociabilidade da época e com a profissão, uma vez que são grupos de referência associados a seus depoimentos. É possível verificar uma história social bem desenvolvida pois elas atravessaram um determinado

tipo de sociedade e contexto universitário, com características bem marcadas e conhecidas. Aliado a isso, a ideia de “memória geracional” (CANDAU, 2012) e de “memória e identidade” (POLLAK, 1992) indicam uma memória de fundação que tem seu lugar próprio no jogo identitário que, nesse caso, remete à identidade profissional do “historiador brasileiro”. Em outras palavras, tanto Alice quanto Olga sentem-se parte de uma geração de historiadores que foram responsáveis por dar continuidade ao trabalho empreendido pela geração dos formadores e, com isso, institucionalizar nas décadas de 1940 e 1950 o currículo e a pesquisa histórica.

Nas próximas linhas desta nota introdutória, descrevemos uma breve biografia delas e, em seguida, analisamos seus discursos conforme um eixo norteador dos mesmos, qual seja, as temporalidades que os regem. A primeira parte do artigo diz respeito à análise dos depoimentos enquanto resultados de um determinado contexto histórico e, particularmente, universitário. Procuramos responder quais são as condições de produção dos mesmos, os motivos pelos quais as questões

de gênero são priorizadas, o estilo de suas narrativas, as interdições e, finalmente, as relações possíveis entre as formações discursivas e a memória pessoal e coletiva. Na segunda parte do artigo, analisamos as informações referentes às experiências do passado, ou seja, aquelas situadas a partir da década de 1930 e que condizem com a trajetória acadêmica e profissional das historiadoras em questão.

Olga Pantaleão nasceu em Ariranha, estado de São Paulo, em 1917. Licenciou-se em Geografia e História pela FFCL da USP em 1938. Em 1944, tornou-se doutora em História pela mesma faculdade. Entre 1939 a 1947 assumiu o cargo de primeira assistente e, depois, professora interina da cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Foi fundadora do campus de Marília da Unesp (Universidade Estadual Paulista) e professora titular de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1959 a 1975. De 1966 a 1976, foi professora visitante de História do Brasil e História da América Latina na Universidade de Indiana, Estados Unidos. Assumiu os cargos de vice-diretora da Faculdade

de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, de 1963 a 1965, e de diretora da mesma Faculdade, de 1971 a 1975. Em sua carreira tornou-se, também, sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Olga Pantaleão contribuiu com artigos relacionados à presença inglesa no Brasil, publicados na obra *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sergio Buarque de Holanda.

Alice Piffer Canabrava nasceu em Araras, estado de São Paulo, em 1911. Assim como Olga, licenciou-se em Geografia e História em 1938, pela FFCL. Doutorou-se em História em 1942, com tese em História Econômica. Quatro anos depois de conquistar o título de doutora, tornou-se livre-docente de História da Civilização Americana da FFCL e, em 1951, obteve título de professora catedrática de História Geral e do Brasil, da Faculdade de Economia e Administração da USP, exercendo a função até 1981. Alice foi também uma das pioneiras no desenvolvimento de pesquisas voltadas à História Quantitativa e História Econômica na Universidade de São Paulo, além de ter sido uma das fundadoras da Associação dos Professores Universitários de História, bem como da *Revista Brasileira de História*.

Cabe observar que estaríamos tratando com vencedoras, aqui consideradas pioneiras. Certamente havia outras que chegaram à mesma posição e ainda aquelas que se formaram em História, mas não seguiram a carreira docente na universidade, ou aquelas que reorientaram suas vidas seguindo outras opções. A seleção dos depoimentos e a escolha destas profissionais incidem, como iremos explicar nas próximas linhas, no contexto de produção de seus discursos, escritos e comunicados em 1984.

A década de 1980: um momento favorável para lembrar e narrar o passado

O caminho percorrido (1984) foi escrito por Alice Canabrava por solicitação das sociólogas Eva Blay e Alice Lang, que tomaram a iniciativa de reunir depoimentos das primeiras alunas da USP que, mais tarde, consolidaram suas carreiras acadêmicas no ensino superior como pesquisadoras e professoras. O texto foi escrito em 1984, quando Alice tinha 73 anos de idade e se aposentado da universidade há 3 anos. Ela o redigiu

para ser apresentado na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), onde outras professoras universitárias – como Gilda de Mello e Souza, Jandyra França Barzaghi, Maria Conceição Vicente de Carvalho e Verônica Rapp de Eston – também comunicaram e compartilharam suas trajetórias profissionais. Estas mulheres foram então chamadas de “as pioneiras”.

Nessa reunião, o conjunto de narrativas memorialísticas e autobiográficas vem ao encontro da necessidade de professoras e pesquisadoras universitárias de externar experiências passadas, muitas vezes difíceis e conflituosas, no contexto da inauguração dos primeiros cursos superiores da FFCL. Alguns trechos dele foram publicados em um artigo redigido por Eva Blay e Alice Gordo Lang (1984), intitulado “A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo”. Posteriormente, em 2003, o depoimento foi publicado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). O depoimento de Olga também foi escrito e apresentado na SBPC em 1984, e tal como *O caminho percorrido*, foi acrescentado, em 2004,

no livro *Mulheres na USP: Horizontes que se abrem*, também de Blay e Lang.

Ambos depoimentos estão situados nos limites do discurso, autobiografia e memória. São registros feitos no ano de 1984 que trazem, pelos fios da memória, as experiências que as historiadoras tiveram como alunas e professoras a partir de meados da década de 1930, momento da criação da FFCL. Devido ao propósito de Blay e Lang em organizar depoimentos somente de ex-alunas da USP que se tornaram professoras e pesquisadoras universitárias, boa parte dos acontecimentos narrados tratam do processo de entrada das mulheres na universidade, a sociabilidade entre as moças e rapazes universitários, a relação que as pioneiras tiveram com seus professores e as dificuldades que enfrentaram nos primeiros anos da vida profissional. Logo, seus discursos alinham-se especificamente a um eixo central de produção de conteúdo mediado pela memória: as experiências femininas no âmbito universitário, ora como alunas, ora como professoras. Como observa Ecléa Bosi (1994, p. 10), este registro alcança uma memória pessoal que, como se mostrará adiante, é também uma memória social e de

grupo. É possível verificar uma história social bem desenvolvida nas experiências de Olga e Alice, pois elas atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas.

São discursos que se afastam do presente e se lançam para o passado. As lembranças, que ocorrem no plano individual, através de critérios diversos, selecionam, organizam e sistematizam situações que foram vivenciadas. É esse o procedimento de Olga e Alice em seus testemunhos. A escrita memorialista segue a tradição dos estudos de Maurice Halbwachs (2006), que acentua o caráter social e reconstrutor da memória com relação à história. Um dos precursores da idéia de que a memória individual está interligada à memória coletiva, Halbwachs destaca o papel constitutivo das lembranças que os indivíduos têm em comum na união de um grupo social. A memória coletiva, na sua concepção, é composta pelas lembranças de cada um dos indivíduos que pertencem a um determinado grupo social e, por isso, apresentam formas e conteúdos semelhantes de memória.

Como foi informado na introdução, os

depoimentos das historiadoras estão articulados a dois momentos históricos. O primeiro diz respeito ao próprio período em que ele foi escrito, ou seja, no início da década de 1980. É justamente neste período, ou melhor, a partir da década de 1970, que os estudos de gênero, a história das mulheres e as teorias feministas são recebidos por universidades brasileiras, principalmente a USP e Unicamp. A partir de então, surgem os primeiros estudos sobre a condição das mulheres no Brasil baseados nos debates teóricos iniciados nos Estados Unidos, França e Inglaterra. Mesmo considerando o fato de que Alice e Olga não se intitularam como feministas e não pesquisaram temas relativos à História das Mulheres, elas não estavam alheias a este processo.

Pelo contrário, elas estavam inseridas num espaço institucional que começou a receber e a produzir os primeiros trabalhos da área e, por consequência, socializaram com outras pesquisadoras e transitaram nos mesmos espaços que elas. A partir de suas vivências atuais, mediadas então pelos debates feministas que adentraram nas universidades

públicas do país no início da década de 1970, é que a memória delas pôde construir significados e elaborar interpretações em relação às experiências pretéritas. Dificilmente elas teriam consciência e configurado os mesmos sentidos às suas vivências se as tivessem narrado nas décadas de 1930 ou 1940. É dessa maneira que podemos entender a constituição dos significados inerentes ao depoimento das historiadoras em questão, ou seja, reconhecendo suas condições de produção. Como afirma Eni Orlandi, “falar em discurso é falar em condições de produção”, nas quais constam os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso (ORLANDI, 1983, p. 146).

As primeiras páginas do testemunho de Alice remetem ao momento histórico em que ela o redigiu, o qual foi fundamental para a escolha dos temas abordados no texto, especialmente aqueles articulados com as dificuldades que teve na vida profissional por ser mulher. Ela desenvolve, inicialmente, noções relativas a uma sociedade preconceituosa com as mulheres, em que “em sua grande maioria [elas] permanecem, na História, como figuras silenciosas, em

grande parte obscuras, mães, esposas ou filhas sem voz própria” (CANABRAVA, 2003, p. 6). A historiadora lembra a mulher como “figura silenciosa”, impedida por muito tempo de comunicar sua própria visão de mundo, de modo que os depoimentos femininos são relativamente “raros na literatura histórica brasileira”. Enfatiza que somente nos últimos anos

surgiram iniciativas que procuram “resgatar” a memória feminina.

No entanto, ela toma extremo cuidado para não generalizar e dizer que todos os homens comportavam-se da mesma maneira com o sexo oposto, sobretudo no âmbito universitário. Para a historiadora, apesar de não fazer menções,



Imagem 3 – Alice Canabrava (de branco) em jantar em homenagem pela conquista da cátedra de História Econômica na Faculdade de Economia (sem data).

Fonte: Acervo de Alice Canabrava (BLAY & LANG, 2004, p. 105).

“excelentes pessoas situavam-se dentro do seu tempo e do seu meio” (CANABRAVA, 2003, p. 4). Alice tem a consciência de distinguir as pessoas que se opuseram à sua carreira daquelas que não tiveram comportamentos hostis. Tampouco se faz de vítima singular que enfrentou solitariamente as dificuldades colocadas, uma vez que ela percebia as discriminações que acometiam a vida de outras mulheres universitárias. As primeiras linhas de seu testemunho são dedicadas para, primeiramente, esclarecer que não conservou nenhum ressentimento àqueles que lhe foram hostis e, segundo, situar o contexto social e histórico inerente a sua trajetória profissional:

Não conservei ressentimento com respeito aos que se opunham à minha ascensão na Universidade. Excelentes pessoas situavam-se dentro do seu tempo e do seu meio, expoentes de uma sociedade preconceituosa para com as mulheres. Não se suponha que tenha sido eu, o único alvo da discriminação: esta visava a todas. No meu caso, a resistência provocou o desenrolar de todo o processo. Em outros, este se interrompeu ou nem foi acionado, dado o afastamento da interessada, seja voluntário, seja imposto pelas circunstâncias. Por outro lado,

pareceu-nos que é possível descortinar, nos anos 70, as evidências do esmorecer das barreiras contra as mulheres na Faculdade de Filosofia, com a aceitação de sua atividade como realização profissional, consubstanciada em carreira acadêmica, propiciada, senão imposta, a todos os docentes, pela reforma universitária. Entretanto, sou informada aqui, de que a oposição masculina subsiste em outros setores da Universidade. A luta não está finda (CANABRAVA, 2003, p. 17).

Da mesma forma, Olga também articula suas memórias com as dificuldades que enfrentou no início de sua vida profissional. Apesar de ter sido contratada como Primeira Assistente da Cadeira de História Geral, indicada pelo Professor Gagé, o qual sempre lhe deu “total apoio”, ela narra que:

Então, as coisas começaram a mudar. Uma reação masculina contra as mulheres começou a se manifestar por força de vários fatores: quando a mulher se mostrava mais competente do que os homens do mesmo campo de estudo e de ensino, quando ocupava ou passava a ocupar lugar desejado por algum colega do sexo masculino, ou pela simples razão do preconceito antifeminista. Não posso dizer que era uma situação geral na Faculdade: houve colegas nossas que nunca foram inquietadas e puderam permanecer pelo

tempo que quiseram nos seus postos. Mas, em certo momento, instalou-se em alguns setores uma atitude antifeminista bem marcada. Na História, por exemplo, um de seus professores falava ser preciso pôr o “mulherio” para fora da Faculdade (PANTALEÃO, 2004, p. 112).

Assim como Alice, Olga não especifica como foi essa “reação masculina contra as mulheres”. Seria uma reação por parte dos colegas de turma? Ou seriam, sobretudo, os professores catedráticos que não desejavam compartilhar suas cadeiras com as jovens moças? Não é possível saber exatamente que tipo de hostilidades elas sofreram, nem o quanto isso impactou e modelou suas carreiras. No entanto, o que chama a atenção na fala de Olga, é a palavra “antifeminismo”. Seria possível os homens de sua época serem compreendidos a partir de suas atitudes antifeministas? Creio que não, justamente porque as alunas daquela época não eram feministas e porque as “ações masculinas” não se direcionavam a uma luta feminista. Aqui percebe-se algo interessante que pode ser compreendido à luz do trabalho de Halbwachs: a memória individual não pode ser distanciada das memórias coletivas. Não é o indivíduo isoladamente que tem o controle do resgate sobre o passado, pois a memória é constituída

por indivíduos em interação, por grupos sociais, sendo as lembranças individuais, o resultado desse processo. E Olga, quando escreveu seu testemunho no início da década de 1980, atravessou algumas gerações, compareceu a reuniões que visavam formar uma associação de mulheres universitárias, e inclusive narrou suas experiências articuladas a um determinado fio condutor: a luta das pioneiras. Por isso ela aplica o conceito “reação antifeminista”, recentemente adquirido à época, como modelo para compreender e dar sentido aos comportamentos masculinos do passado.

Podemos concluir a partir disso que, apesar do indivíduo considerar que sua memória é estritamente pessoal, uma vez que ela pode resgatar acontecimentos nos quais só ele esteve envolvido, ela é na verdade coletiva, pois ainda que esteja só, o indivíduo é o resultado das interações sociais. O fato é também que Olga produz linguagem e também está reproduzida nela, acreditando ser a fonte exclusiva do seu discurso quando, na verdade, o seu dizer nasce também a partir de outros discursos. Neste caso, trata-se até de reconhecermos outros testemunhos que foram dados



Imagem 4—*Olga Pantaleão, paraninfa da FFCL de Marília (sem data).*

Fonte: Acervo de Osmar Pantaleão (BLAY & LANG, 2004, p. 115).

por mulheres que ingressaram na USP na década de 1930 e que lá trilharam suas carreiras acadêmicas. Suas palavras, portanto, são partes de formações discursivas. Afinal, como afirma Eni Orlandi (1983, p. 146), “as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, assim é que se considera o discurso como fenômeno social”.

Alice Canabrava nos informa logo no início que deixou “correr os dedos na máquina de escrever, ao leve toque das reminiscências” e que não “omitiu alguns pormenores que me pareceram significativos para caracterizar o ambiente” (CANABRAVA, 2003, p. 4). Para-

doxalmente, na mesma frase ela deixa claro que outras informações, também importantes, ficariam para um possível livro autobiográfico, que na verdade nunca chegou a ser escrito. Estas passagens são propícias para pensarmos no que Michel Foucault explicou sobre a interdição da palavra, isto é, de que maneira podemos pensar a definição do que pode ser dito, ou não dito, dependendo de cada circunstância. Na interdição, “não temos o direito de dizer o que nos apetece, não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, quem quer que seja não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 1998, p. 7). Alice é uma historiadora que tinha a consciência de que seu depoimento seria lido por um determinado público: a

de historiadores, sejam alunos ou professores. São seus pares profissionais, com os quais ela, mesmo aposentada, mantinha relações e redes de contato. Além disso, há de se considerar a preocupação de todo intelectual, independente da área que atua, em preservar uma imagem pública sólida e respeitável mediante seus colegas de trabalho.

Por isso, nem tudo pode ser falado, exposto e revelado. Ainda para Foucault, é sabido que as regiões onde “a grelha mais se aperta, são as regiões da sexualidade e as da política” (FOUCAULT, 1998, p. 8). O discurso de Alice Canabrava, aparentemente, pode até “nem ser nada” – como diz Foucault, no entanto, os interditos que o atingem revelam de imediato o seu vínculo a acontecimentos que podem remeter a companheiros de trabalho, situações conflituosas no meio profissional, disputas, enfim, afetos e desafeitos. Exemplo disso é notado quando ela narra as dificuldades que lhe apareceram no início de sua vida profissional. Ao concluir, em 1942, sua tese de doutorado, “O comércio português no Rio da Prata”, Alice conta que “mereceu elogios da crítica nacional e estrangei-

ra, publicados em revistas internacionais” (CANABRAVA, 2003, p. 18). Com efeito, sem fazer menções ou detalhar ocorrências cujos personagens “masculinos” lhe foram hostis, ela apenas informa que o relacionamento com os colegas homens mudou depois que recebeu louvores à sua tese:

Deste modo, involuntariamente, emergi, aos olhos dos meus colegas masculinos, como possível candidata ao provimento efetivo da cadeira de História da América, a ser posta em concurso. Até então, o relacionamento com esses colegas havia sido muito afável, direi até, não isento de estima pessoal. A partir de então, o círculo de hostilidade subterrânea começou a se desenhar para mim com evidências, a se apertar anonimamente em uma ou outra ocorrência da atividade universitária, sem alterar a aparência da superficial cordialidade (CANABRAVA, 2003, p. 19).

Ao mesmo tempo em que está consciente dos limites impostos a seu discurso, afinal de contas é necessário preservar a si mesma e os nomes de seus pares profissionais, Alice também demonstra determinados cuidados e “Como historiadora, não vejo razão para reduzir o testemunho a referências vagas que podem dar margem

a suposições não corretas, puramente imaginativas”, diz Alice Canabrava (2003, p. 4). reflete os limites da própria memória.

Observa-se, portanto, a preocupação da historiadora em transmitir sua experiência da forma mais verossímil possível. Ela parece ter consciência do processo de rememoração ao expor sua preocupação com referências vagas que podem estar associadas a uma mera “imaginação”.

Olhares sobre o passado e a reconstituição de trajetórias acadêmicas

O segundo momento histórico presente nos depoimentos refere-se a um devir relacionado à trajetória de vida, particularmente aquela relacionada às experiências acadêmicas, cuja preocupação por parte das historiadoras seria narrar os acontecimentos que lhes foram mais caros. Esse tempo tem início na infância, no caso de Alice, e finda na conquista da Cátedra. É nesse sentido que Olga e Alice narram suas histórias

de vida, tecendo os fios das lembranças, as quais se misturam, se organizam de maneira não linear e se somam de forma que um acontecimento, uma pessoa ou um afeto conduzem à memória de outros eventos que foram importantes.

Se Olga não especifica sua história familiar, pois inicia seu depoimento somente a partir do momento em que ingressou na FFCL, Alice não poupa informações a respeito de sua história pessoal condizente à infância que teve numa cidade do interior. A historiadora nasceu em 1911 em Araras, interior de São Paulo. Após completar o estudo primário nessa cidade, Alice transferiu-se, acompanhada da irmã, para a capital do estado, onde cursou o ginásio no Colégio Stafford e, mais tarde, a Escola Normal Caetano de Campos.

Após essa experiência em São Paulo, regressou a Araras e dedicou-se durante quatro anos ao ensino primário, lecionando no grupo escolar local, o único do município. Ela chegou a trabalhar também, em 1931, em Manduri, um “lugarejo em meio a um grande campo arenoso”, onde havia apenas uma rua central, mas sem cinema, médico ou

praça que pudessem remeter à estrutura de um centro urbano (CANABRAVA, 2003, p. 10). E finalmente, “transferida para Araras, minha terra natal, fui encontrá-la estagnada como a havia conhecido na minha infância” (CANABRAVA, 2003, p. 8). Era uma cidade pequena, “dilacerada por lutas políticas”, que dificultava progressos profissionais ou acadêmicos para a jovem estudante:

Ruas sem calçamento, em geral ermas após o meio dia, praças nuas, chão duro, parca iluminação à noite, apenas o jardim, na praça central, continuava belo, com árvores enormes e canteiros floridos; em torno, os antigos casarões térreos, chamada “nobreza da terra”. Nenhuma perspectiva para alguém que desejasse prosseguir nos estudos, além do curso primário, ou exercer qualquer outra atividade paralela (CANABRAVA, 2003, p. 8-9).

Sem muitas perspectivas de crescimento pessoal e profissional, e intimamente “sempre inconformada”, Alice folheava diariamente as páginas do Diário Oficial, em busca de uma oportunidade para se mudar para São Paulo e continuar a estudar. Possivelmente, estas informações são fornecidas para atender a um objetivo: intentam mostrar o ambiente em que Alice Canabrava se situ-

ava, afastada da capital do estado, absorvida numa área de trabalho muito diferente daquela que iria futuramente escolher. Nessa mesma direção, a própria historiadora chama atenção para o fato de que estas lembranças podem parecer muito afastadas do propósito que reuniu as pioneiras na reunião da SBPC em 1983. Mas, como ela diz, tais lembranças “não significam narrativa vã”, pois intentam mostrar o “ambiente em que me movia, afastada da capital do Estado, absorvida em área de trabalho muito diferente daquela que iria escolher, ao entrar para a Faculdade” (CANABRAVA, 2003, p. 9).

Para compreendermos os motivos que levaram Alice a introduzir as memórias de sua infância e adolescência, a especialista em análise do discurso e crítica cultural, Leonor Arfuch, traz à luz a temática da genealogia no interior das biografias. Ou seja, nenhuma posição de enunciação advém “de graça” no espaço discursivo da fala de quem tece sua própria biografia: o desafio é justamente achar uma voz autobiográfica que possa dar sentido a um mito de origem, a uma genealogia, a um devir predestinado. Por isso, o espaço biográfico – a narração de histórias e experiências,

a captação de vivências e lembranças – opera, completamente, nesse “resgate” do próprio local de origem (ARFUCH, 2010, p. 60). E, por extensão, Benito Schmidt (2000, p. 58) também chama atenção para o fato de que em muitos trabalhos biográficos, é possível perceber que os autores buscam na infância e/ou na adolescência uma espécie de predestinação para suas atividades futuras. Dito de outra maneira, a vivência em Araras e Manduri é associada às lembranças pessoais de Alice que, por sua vez, estão relacionadas aos motivos que lhe impulsionaram a voltar a São Paulo e decidir por um curso Superior. A falta de possibilidades na carreira, estímulo e crescimento nessas cidades lhe causavam grandes inquietações.

Outro tema abordado nos depoimentos em questão trata da intensa e crescente entrada de mulheres nos cursos da FFCL. Podemos falar que houve um processo de feminização no curso de Geografia e História a partir da década de 1930? A resposta é definitivamente positiva se considerarmos o amplo acesso e estímulo que as mulheres receberam do governo do país para ingressarem nos cursos da FFCL. A necessidade do

Estado de preparar professores para o ensino médio em expansão no país, levou os governos estaduais a recorrer, a partir de 1935, ao comissionamento, por meio do qual professoras e professores primários em exercício do magistério poderiam cursar a faculdade, sem prejuízo dos vencimentos, subsidiados pela Secretaria da Educação (BLAY & LANG, 2004, p. 51). Esta foi a primeira política pública implementada na Universidade de São Paulo, um ano após sua criação.

O regime de comissionamento foi um dos fatores determinantes para a inclusão de alunos e alunas provenientes de diferentes condições socioeconômicas, de várias faixas etárias, de mulheres e homens, de portadores de diplomas diversos. O corpo discente, já a partir do segundo ano de funcionamento da FFCL da USP, passou a incorporar setores da classe média, pessoas vindas do interior do Estado, famílias ligadas ao magistério, famílias tradicionais empobrecidas e, sobretudo, mulheres (TRIGO, 1997, p. 68-69).

Embora essa política tivesse como principal objetivo a formação de profissionais para a educação primária e



Imagem 5 – Olga Pantaleão (1ª à esquerda), uma das fundadoras da FFCL de Marília (sem data).

Fonte: Acervo de Osmar Pantaleão (BLAY & LANG, 2004, p. 115).

secundária, essa ação teve uma outra consequência, não previamente planejada: o regime de comissionamento permitiu uma presença significativa de mulheres na FFCL, já que estas representavam a maioria das egressas das escolas Normais do Estado. Uma nova realidade para a época, quando era pouco comum a presença das mulheres no ensino superior do Brasil.

Essa afirmação fica mais evidente quando se analisa a seção de Geografia e História, que não apresentava nenhuma mulher entre os 16 matriculados em 1934. Porém, conforme o *Anuário da FFCL*, em 1935, ano em que o decreto passa a vigorar, há 16 matrículas femininas, num total de 29. Nos anos seguintes, o número de mulheres continua a

exceder o número de homens. A seção de Filosofia também reflete essa realidade: há 12 matrículas femininas no ano de 1935, num total de 27, contra apenas uma mulher matriculada num universo de 46 matrículas no ano anterior (BLAY & LANG, 2004, p. 53). Foi por meio do comissionamento que Alice e Olga conseguiram entrar na FFCL, cujo acontecimento é notadamente enfatizado em seus depoimentos para que possamos compreender por que o curso de Geografia e História teve, tradicionalmente, mais mulheres que homens nos bancos das salas de aula:

A Faculdade, desde a sua segunda turma, foi invadida pelas mulheres em quase todos os seus cursos, constituindo-se num caso à parte no conjunto da Universida-

de: as outras Escolas Superiores acolhiam muito poucas mulheres e algumas lhes estavam ainda fechadas, principalmente por causa dos preconceitos existentes na sociedade. Essa entrada das mulheres na Filosofia foi permitida por vários fatores: pela abertura dos vestibulares aos egressos das Escolas Normais, pelas facilidades, como os comissionamentos, dados aos professores primários para fazerem os cursos, pelo fato de a nova Faculdade não estar submetida aos preconceitos da época e pela diversidade de cursos oferecidos, a acenar com novas carreiras ao alcance das mulheres dos idos de 1930 (PANTALEÃO, 2004, p. 109).

Esse decreto, além de promover uma melhoria no ensino primário estadual, também teve uma consequência não prevista pelos autores da medida: a abertura de um caminho para o ingresso de mulheres na universidade pública estadual. Aberta essa possibilidade, muitas delas seguiram a carreira acadêmica. A FFCL significou para as mulheres uma ampla possibilidade de ingresso no ensino superior. Abria-se um espaço e uma oportunidade para trilhar novos caminhos em meio a uma sociedade que preconizava um modelo tradicional e conservador para a mulher: casamento, lar e filhos.

Ao ingressar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1935, para frequentar os cursos de Geografia e História, Alice Canabrava sentiu-se “inquieta ante a grandeza dos mestres da instituição, mas profundamente entusiasmada” (CANABRAVA, 2003, p. 10). Os mestres, o conteúdo dos cursos e a metodologia de ensino significaram para ela uma “verdadeira mutação” em sua vida. Representavam um salto enorme em relação ao tipo de ensino que havia recebido na Escola Normal, pois o curso superior lhe permitiria “refletir a vida cultural do país” e a “proporcionar uma visão do mundo completamente nova” (CANABRAVA, 2003, p. 9).

Não apenas ela, mas podemos afirmar que praticamente todos os primeiros alunos e alunas da USP externaram um profundo entusiasmo e reconhecimento pelo contato que tiveram com um novo modelo didático exposto nas aulas dos professores europeus. Era, para eles e elas, uma revolução no ensino se comparado ao que tinham aprendido no ensino Normal, Clássico ou Científico. A inovação não se resumia ao tipo de aulas que eram ofertadas, mas como afirmam Blay e Lang (2004, p. 10), “ao

conteúdo e à relação que se estabelecia entre os professores e alunas(os)”. Uma nova e diferente sociabilidade estava sendo vivenciada por essas mulheres.

O espaço universitário que estava sendo criado na década de 1930 tinha a característica de abarcar elementos diferentes em relação aos padrões vigentes de espaço e sociabilidades da época. Para o(a) aluno(a), esse processo significava inserir-se, como informa Graziela Perosa (2005), num espaço público, misto, fora do restrito controle moral imposto pela religião e pelas famílias, no qual as mulheres estariam expostas à influência de um ambiente intelectual, laico e à convivência com jovens de origens sociais e culturais diferentes. O intercâmbio e as amizades consolidadas entre alunos e alunas são lembrados por Olga da seguinte maneira:

Na vida estudantil não havia objeções quanto à presença de representantes do sexo feminino e não havia qualquer discriminação; pelo menos eu nunca percebi. Na escola, os estudantes não ficavam confinados ao relacionamento dentro dos seus cursos: havia um grande intercâmbio, marcado por grande camaradagem. Eu, por exemplo, tinha uma turma de amigos composta de gente de Geo-

grafia e História, de Ciências Sociais, da Química, da Matemática, da Biologia que se reunia, passeava, excursionava junto (PANTALEAO, 2004, p. 111).

De maneira semelhante, a época estudantil de Alice Canabrava na USP é contada por ela como uma fase especial, quase idílica, cuja sociabilidade seria muito diferente em relação aos anos posteriores, nos quais ela assumiria sua vida profissional dentro da instituição universitária. Ou seja, além dos elogios tecidos a boa parte do corpo docente do curso de Geografia e História, instituindo-os como representantes do saber, ela também descreve de forma positiva sua turma, pois havia “oportunidade para a confraternização entre os estudantes das várias classes, com animadas conversas, jantares à noite” (CANABRAVA, 2003, p. 14). Durante a graduação, a historiadora afirma que não havia distinção em sua classe, ou seja, homens e mulheres eram tratados de forma semelhante, sem diferenças, situação que mudou apenas quando ela começou a dar os primeiros passos na vida profissional e acadêmica pois neste contexto entrou um elemento novo em cena: a competição.

O encantamento de Alice assemelha-se ao de suas colegas de geração e, passados cinquenta anos, o reconhecimento entusiasmado se mantinha. Alice analisa em seu depoimento as inovações didáticas e metodológicas trazidas pelos professores franceses e os comparava aos professores brasileiros da FFCL. São os mesmos jovens professores que, décadas depois, se tornaram autores de respeitabilidade internacional nas respectivas áreas: Braudel, Monbeig, Bastide, entre outros. A historiadora deve a esses professores a capacidade de despertar no aluno(a) a curiosidade e a “sede pelo conhecimento”.

Seria quase impossível, aqui, deixar de lado a interpretação da ideia de “memória geracional”, observada muito bem por Joël Candau. Ela é também uma memória de fundação que tem seu lugar próprio no jogo identitário que, nesse caso, remete à identidade do historiador em relação ao sentimento de pertencimento a uma turma em processo de formação. Em outras palavras, é a consciência de pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas das quais o grupo ou o indivíduo se sente mais ou menos herdeiro (CAN-

DAU, 2012, p. 142). E tanto Alice quanto Olga passaram por experiências individuais e coletivas que marcaram essa primeira geração de historiadores que estavam se formando na FFCL e, ao se lembrarem de suas vivências, associam-nas com a criação da FFCL. Elas acompanharam o início da consolidação do curso de Geografia e História e isso significa dizer que enfrentaram dificuldades iniciais inerentes a todo o processo de institucionalização de um curso universitário: a estruturação do corpo docente, a organização de bibliotecas, a aquisição de livros e a instalação de salas de aula constituíram as principais dificuldades recordadas por elas. O sentimento de incerteza quanto ao futuro do curso, e até mesmo da Universidade, predominava na vida dos estudantes que, naquela época, inquietavam-se ao imaginar se conseguiram se formar. Olga recorda que:

Foram tempos difíceis, em que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras lutava para se impor, seja no conjunto da Universidade, seja na sociedade da época, em que aparecia como novidade e cujo futuro parecia, às vezes, incerto. As sucessivas mudanças exerciam um efeito negativo no espírito dos estudantes; a Faculdade não acabaria fechando por

falta de instalações, deixando-nos com um curso inacabado? A dificuldade, no entanto, foi vencida, sempre com soluções provisórias, mas que permitiram à Faculdade ficar e realizar os seus objetivos gerais, tornando-se realmente o fundamento da nova Universidade de São Paulo (PANTALEÃO, 2004, p. 109).

Superados os desafios nos primeiros anos do curso, as historiadoras relatam mais dois acontecimentos que foram marcantes em suas trajetórias: a conquista do doutorado e a cátedra. Olga relata com certa tranquilidade as experiências do seu doutorado. Ao que tudo indica, ela não enfrentou grandes problemas para realizá-lo, pois recebeu ajuda financeira por meio de uma licença remunerada que lhe permitiu ausentar-se da FFCL, já que sua pesquisa foi feita na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além disso, conta ela que recebeu auxílio para obter livros importados, com mediação do Conselho Britânico, necessários a sua pesquisa, cuja compra foi autorizada pelo secretário da USP, Murilo Mendes. Olga concluiu seu doutorado em 1944, cuja tese chamou-se “A penetração comercial da Inglaterra na América Espanhola, de 1713 a 1783”. Assim, num

tempo em que fazer tese de doutorado era uma novidade, as “mulheres começaram a aparecer, participando de uma tradição de pesquisa que dura até hoje” (PANTALEÃO, 2004, p. 110). Por outro lado, ela descreve as dificuldades que haviam para as mulheres em relação à defesa da tese:

Na inscrição para o doutorado, as mulheres tinham as mesmas facilidades que os homens; mas talvez em certos casos tivessem mais dificuldades na defesa de tese, quando era possível alijar candidata indesejável. Contudo, no preparo do trabalho encontravam-se facilidades (PANTALEÃO, 2004, p. 111).

Sobre estas dificuldades, Alice narra detalhadamente os principais acontecimentos. Ao terminar o doutorado em 1942, cuja tese recebeu o título “O comércio português no Rio da Prata”, Alice tentou o concurso para a cadeira de História da América. Esse processo não surtiu resultados positivos por conta, segundo ela, de muitos obstáculos enfrentados. Alguns deles ela narra no testemunho:

Outras armadilhas não lograram êxito e delas tive conhecimento depois de vários anos passados. A livraria onde compra-

va a maior parte dos livros para pagá-los mensalmente, ao todo ou em parte, foi avisada do risco em que incorria, mas não considerou advertência, com base na relação de muitos anos sem problemas. Um funcionário da Faculdade, como o próprio me contou em anos recentes, foi incumbido de me seguir diariamente e dar conta dos lugares que eu frequentava. Ouvi conselhos e insinuações de que não devia desafiar a hostilidade já construída: iria ser fatalmente reprovada. A minha resposta foi invariavelmente a mesma, sem qualquer argumento: “eu faço o concurso, caberá à banca me reprovar” (CANABRAVA, 2003, p. 20).

Apesar de obter a média mais alta no conjunto das provas, estas não se constituíram a base do critério para indicação ao cargo de professor catedrático, uma vez que esta se decidia com a votação dos membros da banca.

Deste modo, fechados e protegidos pela organização interna do grupo, os colegas do sexo masculino se favoreciam de uma estrutura legal, por eles elaborada, para servir aos seus interesses. Verificando-se o empate na votação, coube ao presidente da banca a decisão final e a tomou em favor do meu concorrente, sob a justificativa de que já se encontrava no exercício do cargo como professor contratado (CANABRAVA, 2003, p. 24).

Mas o esforço de Alice não fora inócuo. Organizava-se em 1946 a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (FCEA/USP), para a qual ela se transferiu de imediato. Tornou-se a primeira professora catedrática da Universidade de São Paulo, em 1951, após concurso de provas e títulos. Dos professores economistas recebeu sempre “firme apoio” para se dedicar a História Econômica do Brasil de maneira que sua trajetória é narrada sem percalços quando elege este acontecimento, a transferência para a FCEA, como um dos principais contextos favoráveis à ascensão de sua vida profissional.

De fato, a ocupação da cátedra constituiu uma das principais dificuldades para as mulheres que desejavam fixar suas carreiras nos cursos universitários durante as primeiras décadas desde a criação da USP. No máximo era possível conquistar o cargo de professor titular. Assim como Alice, Olga também recorreu à mesma estratégia para se posicionar e consolidar sua profissão: realizou sua transferência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, que estava no início de suas

atividades, sendo professora titular entre 1959 a 1975, e diretora entre 1971 a 1975. Assim ela expõe suas lembranças acerca da cátedra, cujo discurso cruza com o depoimento de Alice.

Finalmente, a Cátedra, posto final na carreira universitária na época, estava bem fora do alcance das mulheres: erguia-se uma muralha masculina contra a simples possibilidade. No anos 40, a única mulher catedrática na Congregação da Faculdade de Filosofia foi Noemy Silveira Rudolfer, que viera transferida do Instituto de Educação quando este foi extinto e, portanto, não tivera de pleitear a Cátedra. Durante quase um ano, de julho de 1946 a junho de 1947, mais uma mulher, eu mesma, pode aparecer nesse quadro, regendo interinamente a Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea. Durou pouco tempo: por pressão e ação do grupo masculino dominante no curso de Geografia e História tive de deixar a Faculdade, tendo feito o restante de minha carreira fora da USP.

E finalmente, uma mulher fez o concurso para a Cadeira de História da

Civilização Americana: Alice Piffer Canabrava. Foi um acontecimento! Mas, apesar de ter obtido as melhores notas, não ganhou o concurso: a banca examinadora escolheu o segundo colocado em notas, homem, naturalmente, dando-lhe a Cátedra; esse absurdo era possível, então, por força do regulamento do concurso, o qual permitia à banca votar no candidato que ficaria em primeiro lugar. Isso foi tudo o que aconteceu, na década de 40, referente à ocupação da Cátedra pelas mulheres (PANTALEÃO, 2004, p. 113-114).

Conforme o *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, de 1939 a 1949, 1950, 1951 e 1952, apenas o nome de Alice Canabrava consta na lista do corpo docente como representante feminina. Ela compartilhava o *métier* com Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Hollanda, Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rofrigues de Mello, Eduardo d'Oliveira França, Pedro Moacyr Campos, Odilon Araújo Grellet, Plínio Marques da Silva Ayrosa, Aroldo Edgard de Azevedo, Ary França, João Dias da Silveira. Grande parte desses homens foram seus colegas de turma e conquistaram as cátedras depois

que também defenderam suas teses de doutorado.

Considerações finais

Os depoimentos de Alice e Olga revelam facetas de uma sociedade que estava vivenciando o ingresso das mulheres na universidade e, por extensão, na vida pública. Em termos profissionais, eram poucas as oportunidades que elas tinham para desenvolver uma carreira que não se restringisse ao “cuidado do outro”, como a de professora primária, enfermeira ou assistente social. Mas a realização de um curso superior e a dedicação à carreira universitária modificaram, aos poucos, as relações de sociabilidade entre homens e mulheres na esfera pública. Nessa perspectiva, o trabalho intelectual e docente na universidade, em sua historicidade, está sendo considerado como uma atividade viva, um conceito circunscrito no espaço, no tempo e no corpo das agentes que nele se projetaram.

Os depoimentos aqui analisados pela

ótica do discurso nos ajudam a pensar como as jovens estudantes da década de 1930 perceberam que podiam construir suas vidas além dos limites consagrados para a mulher. Estudaram, formaram-se e desenvolveram brilhantes carreiras universitárias. Elas precisaram superar a ideologia patriarcal na qual foram educadas; lutar para abrir novos espaços de apoio que lhes permitissem trilhar as novas profissões e criar um espaço de visibilidade, no qual inclui o “poder da fala e da escrita”, que lhes garantisse um lugar entre seus pares profissionais.

A memória, enquanto forma de lembrança que se volta para o passado, é um processo que contém inúmeras possibilidades narrativas. De um modo geral a rememoração e a verbalização do passado constituem-se como um processo amplo e intencionalmente seletivo por parte do depoente. No caso dos depoimentos analisados, isso ficou evidente da seguinte forma: se por um lado Alice Canabrava não se inibiu de falar da cidade natal, da família e juventude, Olga preferiu silenciar sobre tais assuntos ou não os

associar com episódios da vida acadêmica. A seletividade se manifestou também em eventos profissionais que lhe foram mais importantes que outros, como a conclusão do doutorado, as pesquisas que fizeram, o concurso para Professor Titular e, no caso de Alice, a conquista da Cátedra. Isto é, todas as propriedades intelectuais que configuram notoriedade à trajetória acadêmica aos professores universitários foram selecionadas e narradas, tendo como fio condutor as dificuldades que tiveram de imporem suas competências profissionais num mundo acadêmico androcêntrico.

Finalmente, a partir desses apontamentos, perguntamos de que forma podemos explicar as tensões, dúvidas e dilemas inerentes aos próprios depoimentos, uma vez que ao historiador é atribuída a capacidade de sempre questionar a veracidade de suas fontes, sejam elas quais forem? Como bem explicitado por Michael Pollak (1992), as memórias individual e coletiva, ainda que se comuniquem, têm marcos ou pontos relativamente in-

variantes. As memórias individuais rompem com a ordem cronológica, enfatizam acontecimentos próximos e são atravessadas por sentimentos e emoções que podem refutar ou trazer para o depoimento determinados registros. O registro individual, contudo, pode ser falho e parcial e por isso é necessário refletir o conjunto total das narrativas, cruzar com outros tipos de fontes e investigar os contextos históricos da época estudada. Ademais, podemos tanto nos lembrar de um episódio específico do passado em seus múltiplos detalhes, como apenas de seu significado, pois guardamos sentidos, esquemas e estruturas constituídas coletivamente, que nos “facilitam” a lembrança de eventos vivenciados no passado. Por extensão, ao procurarmos dar sentido ao passado, podemos ser influenciados pelos esquemas adquiridos e estes podem nos induzir a lembrar o que não aconteceu, ou ao contrário, a esquecer importantes aspectos. E finalmente, por meio da memória coletiva, podemos compreender, por exemplo, como certos eventos tornam-se mitos e outros são esquecidos.

Referências

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2010.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. A mulher nos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 36, n. 12, dez. 1984.

_____. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004.

CANABRAVA, Alice P. *O caminho percorrido*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2003.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento*. As formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PANTALEÃO, Olga. Depoimento. In: BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Mulheres na USP: horizontes que se abrem*. São Paulo: Humanitas, 2004.

PEROSA, Graziela. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n. 1, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SCHMIDT, Benito. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: _____. (Org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2000.

TRIGO, Maria Helena B. *Espaços e tempos vividos: estudo sobre os códigos de sociabilidade e relações de gênero na Faculdade de Filosofia da USP (1934-1970)*. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.